Democracia e Instituições Políticas — Resumo

Secundário | Cidadania e Desenvolvimento | 2 páginas

Resumo: os objetivos da Defesa Nacional na Constituição, a relação entre segurança e paz, os contributos e os limites da União Europeia, os valores da boa governança, quem combate a corrupção e os desafios atuais da democracia.

1. Defesa Nacional: proteger a ordem constitucional

- A **Defesa Nacional é tarefa de todos os cidadãos**, não apenas das forças armadas — começa na escola, no conhecimento da Constituição e na recusa da violência.
- Na CRP, a defesa tem por fim a **soberania e a integridade do território** e garantir o **funcionamento das instituições democráticas**.
- As forças armadas **obedecem à Constituição** e ao poder democraticamente eleito — defendem a ordem constitucional, nunca um partido ou um governo.
- Defesa e segurança não se confundem: **defesa** prepara-se para uma agressão externa; **segurança** protege as pessoas no dia a dia.

2. Segurança e paz: como se constrói

- **Paz não é só ausência de guerra** — é paz com justiça: direitos respeitados, desigualdade baixa e conflitos resolvidos sem força.
- **Segurança coletiva** (ONU): a agressão a um Estado interessa a todos; o Conselho de Segurança pode autorizar respostas conjuntas.
- **Alianças militares**, como a NATO (Portugal é membro fundador, 1949), complementam a segurança — mas a diplomacia e o desarmamento evitam a guerra antes de ela começar.
- Estratégias de segurança só mantêm a paz quando respeitam o direito internacional: força sem legitimidade produz novos conflitos.
- A própria CRP o assume: a República Portuguesa **coopera na construção de uma ordem internacional que assegure a paz e a justiça entre os povos**.

3. União Europeia: contributos e limites

- **Contributo maior:** paz duradoura — nunca houve guerra entre Estados-membro da União, que passou de duas guerras mundiais a cooperação permanente.
- Outros contributos: mercado único e liberdade de circulação, **cidadania da União** e cooperação policial e judiciária (Europol).
- A cidadania da União dá **direitos em qualquer Estado-membro**: votar nas eleições europeias onde residires e obter proteção consular de qualquer país da União.
- **Limite decisório:** em política externa e segurança, as decisões sensíveis exigem o **acordo unânime dos 27** no Conselho.
- **Limite estrutural:** a UE não é um Estado — não tem exército próprio nem orçamento pleno, e depende da vontade dos seus Estados-membro.

4. Governança: valores e integridade

- **Valores constitucionais:** dignidade, igualdade, liberdade e responsabilidade — o quadro que nenhuma decisão política pode ignorar.
- **Princípios de integridade:** honestidade, imparcialidade, transparência e prestação de contas — quem decide tem de mostrar como decidiu.
- **Boa governança:** legalidade, eficiência, participação e fiscalização — decisões justificadas, resultados medidos, controlo independente.
- A ética não é opcional: sem integridade, mesmo decisões legais perdem legitimidade perante os cidadãos.

© 2026 Estudantices

5. Corrupção: quem a combate

Ator	Papel no combate à corrupção
Cidadãos	Recusar favores e pagamentos por fora, denunciar os atos de que tenham conhecimento e acompanhar a ação de quem foi eleito.
Estado — leis e tribunais	Criminalizar os atos de corrupção, punir quem os pratica e reparar o dano causado ao interesse público.
Órgãos de fiscalização	Tribunais de Contas e auditorias às contas públicas controlam a despesa; o Ministério Público investiga e acusa.
Sociedade civil e media	Jornalismo de investigação, ONG e campanhas de transparência pressionam, expõem e propõem reformas.

6. Desafios atuais da democracia

Desafio	Como ameaça a democracia	Resposta possível
Pobreza e exclusão social	Afasta as pessoas das instituições e alimenta discursos de protesto radical.	Políticas de inclusão, diálogo e participação dos afastados.
Discurso de ódio	Silencia vozes e divide a comunidade contra si própria.	Moderação com garantias, educação e literacia mediática.
Corrupção	Desvia recursos e destrói a confiança em quem decide.	Transparência, sanção efetiva e controlo cívico.
Desigualdade de género	Sub-representação de quem decide e decisões enviesadas.	Ações positivas, conciliação e dados públicos de representação.

7. Participar onde se decide

- **Eleições** nacionais, europeias e autárquicas — votar informado é a forma mínima de participação.
- **Assembleias de freguesia** são públicas: qualquer residente pode intervir sobre os assuntos do lugar.
- **Petições e iniciativa legislativa popular** permitem levar propostas ao Parlamento com a assinatura de eleitores.
- **Na escola:** assembleias de estudantes, conselhos e projetos são treino real de deliberação e decisão.
- **Acompanhar também é participar:** ler o orçamento da autarquia, consultar o portal da transparência e pedir esclarecimentos a quem decide.

8. Pontos-chave

> **Para não esquecer:** defesa da ordem constitucional é tarefa de todos · segurança coletiva (ONU) ≠ aliança militar (NATO) · a UE deu paz mas decide por unanimidade na matéria sensível · integridade = honestidade, imparcialidade, transparência, prestação de contas · combate à corrupção: cidadãos, tribunais, fiscalização e sociedade civil · desafios: pobreza, discurso de ódio, corrupção, desigualdade de género.

© 2026 Estudantices